

PREGÃO ELETRÔNICO

90.012/2026

CONTRATANTE (UASG)

Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC (154503)

OBJETO

Contratação de Serviço de Suporte e Garantia dos Hardwares Storages HPE MSA2060.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$449.203,47 (quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e três reais e quarenta e sete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/05/2026 às 10h00 (dez horas - horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO - Ampla Participação.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DO TERMO DE CONTRATO	19
10. DOS RECURSOS	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

(Processo Administrativo nº 23006.003648/2026-21)

Torna-se público que a **Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC**, sediada na Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André – SP – CEP 09210-580, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar,

o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.22.1 e 8.33.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.1.2 marca;

5.1.3 fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2 empresas brasileiras;

6.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/~~Projeto Básico~~;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que compreve:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de

empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Exigências de habilitação

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.22. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.24. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.25. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.25.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.26. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.27. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.28. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.29. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.30. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.31. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.31.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.32. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.32.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.33. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.33.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.33.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.34. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.34.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.34.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.35. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.33.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **24 (vinte e quatro) horas**, para:

8.35.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.35.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.35.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.35.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.36. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.37. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.38. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.33.1.

8.39. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.40. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.41. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sig.ufabc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico: ***cpl@ufabc.edu.br***.

- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sig.ufabc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. ANEXO I.I - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO
 - 13.11.1.2. ANEXO I.II - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA
 - 13.11.2 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.3 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

Santo André, 04 de maio de 2026.

CLÁUDIO MÁRCIO CARDOZO SOUZA
Pregoeiro Oficial
Portaria UFABC nº. 5.697, de 11/03/2026,
publicada no Diário Oficial da União de 13/03/2026.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Núcleo de Tecnologia da Informação
(Processo Administrativo nº 23006.003648/2026-21)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de Serviço de Suporte e Garantia dos Hardwares Storages HPE MSA2060, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060	27740	Ano	03	149.734,49	449.203,47

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços de atualização de softwares e manutenção de equipamentos poderão ser realizados a qualquer momento no período de 03 (três) anos a partir da formalização do contrato, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

- 1.4. Tratando-se de contratação que prevê operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, o prazo de vigência da contratação é de 3 anos, prorrogável até 15 anos, contados do dia xx/xx/xxxx, na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se visto que a UFABC utiliza duas storages HPE MSA 2060 (S/N ACM103S3MP e ACM103S3N2) em sua infraestrutura de TI para suportar sistemas institucionais críticos, bases de dados, ambientes de virtualização e serviços essenciais, sendo equipamentos corporativos dotados de recursos de alta disponibilidade, redundância, integridade de dados e atualização com mínima interrupção. Os dados armazenados nestes equipamentos possuem elevado valor institucional, e sua indisponibilidade, corrupção ou perda pode gerar impactos acadêmicos, administrativos, financeiros e operacionais significativos. Como a garantia do fabricante se encerra em abril de 2026, deixará de haver cobertura para suporte técnico especializado, correção de falhas e substituição de componentes, aumentando os riscos de indisponibilidade prolongada, degradação de desempenho e ampliação do tempo de recuperação de incidentes. Nesse contexto, torna-se necessária a renovação de serviço especializado de suporte e manutenção, com ações preventivas e corretivas compatíveis com a criticidade do ambiente, a fim de assegurar a continuidade dos serviços de TI, a disponibilidade, integridade e segurança dos dados.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 07722779000106-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 314/2025;
- IV) Classe/Grupo: Equipamentos de armazenamento de dados;
- V) Identificador da Futura Contratação: 204/2026;

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC (PDI) 2024 - 2033 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2029 da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
9	Elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e das entidades em termos de privacidade e segurança da informação - Objetivo da Estratégia Federal de Governo Digital 2024 - 2027.
10	Fortalecer a privacidade e a segurança dos dados dos cidadãos - Objetivo da Estratégia Federal de Governo Digital 2024 - 2027.
-	Expandir e modernizar os principais data centers na sustentação dos seus sistemas e serviços digitais, garantindo resiliência e disponibilidade mesmo em momentos de alta demanda ou possíveis interrupções. - Ação relacionada à infraestrutura de TIC do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC (PDI) 2024 - 2033

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025-2029	
Eixo	Objetivo estratégico
Segurança	Integridade, disponibilidade, autenticidade, confidencialidade e continuidade da informação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 2.4. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo consiste na contratação de serviços de garantia e suporte técnico com atualizações de software e firmware e manutenção de hardware para 2 (duas) storages HPE MSA2060 e seus componentes que compõem a atual solução de armazenamento de dados da UFABC pelo período de 03 (três) anos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

- 4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:
- 4.1.1 Garantir a continuidade do serviço de armazenamento de dados nos campi da UFABC, ter suporte técnico para resposta rápida a incidentes e receber atualizações de software e firmware;
 - 4.1.2 Oferecer resposta rápida em caso de incidentes;
 - 4.1.3 Fornecer atualizações de software e firmware para correção de problemas ou implementação de novas funcionalidades.

Requisitos de Capacitação

- 4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

- 4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

- 4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas, adaptativas e evolutivas** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

Requisitos Temporais

- 4.5. O serviço de renovação do suporte técnico das 2 (duas) storages MSA 2060, seriais ACM103S3MP e ACM103S3N2, e todos os seus componentes deverá ser fornecido por um período de 03 (três) anos, conforme produto ofertado pela contratante, HPE Tech Care Service,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Level Critical, disponível no site da fabricante em https://www.hpe.com/psnow/doc/a00108652enw?jumpid=in_pdfviewer-psnow

- 4.6. O início do suporte técnico deverá ocorrer em até 02 (dois) dias corridos contados da assinatura do contrato.
- 4.7. Atendimento 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), via telefone ou website da fabricante, para resolução de problemas identificados pela equipe técnica da UFABC relacionados ao software e hardware dos equipamentos, de modo que:
- 4.7.1 Definição e classificação de severidade (critérios mínimos):
- 4.7.1.1. Sev1: indisponibilidade total ou impacto crítico em serviço essencial;
 - 4.7.1.2. Sev2: degradação severa com mitigação parcial;
 - 4.7.1.3. Sev3: impacto moderado/baixa criticidade, sem interrupção total.
- 4.8. Tempo de retorno inicial do suporte (callback) a partir do contato inicial nos canais da fabricante, para severidade 1 (Sev1): retorno em até 15 minutos; para severidades 2 e 3 (Sev2/Sev3): retorno em até 1 hora, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes.
- 4.9. Restabelecimento de hardware para incidentes severidade 1 e 2, deverá ser garantido o compromisso de retornar o hardware à condição operacional em até 6 (seis) horas, por esforços de resolução remota e/ou atendimento on-site, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes;
- 4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.11. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da UFABC.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.12. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.12.1 Adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, com o objetivo de diminuição do impacto ambiental, com preferência por utilização de materiais de origem local e de equipamentos que priorizem eficiência energética;
 - 4.12.2 Garantia de obrigações trabalhistas e previdenciárias em acordo com a legislação nacional;
 - 4.12.3 Ausência de trabalho infantil ou condições de trabalho insalubres;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 4.12.4 Utilização de equipamentos de proteção individual;
- 4.12.5 Promoção de inclusão digital, com geração de empregos locais e capacitação técnica.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.13. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.14. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizado, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.15. O serviço de garantia que é objeto da presente contratação deve compreender a prestação do serviço de garantia e suporte técnico da infraestrutura de armazenamento de dados HPE, composta por 2 (duas) storage MSA2060 números de série ACM103S3MP e ACM103S3N2 e seus componentes.

Requisitos de Projeto e de Implementação

- 4.16. Não faz parte do escopo da contratação estabelecer requisitos de projeto e de implementação.

Requisitos de Implantação

- 4.17. Não faz parte do escopo da contratação estabelecer requisitos de implantação.

Requisitos de Garantia e Manutenção

- 4.18. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

- 4.19. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

- 4.20. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.21. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de chamado registrado pela Contratante.
- 4.22. Cada chamado registrado a fabricante deverá ter, no mínimo, número de chamado, severidade, data/hora de abertura, data/hora do primeiro retorno, ações executadas, peças substituídas, data/hora de normalização e encerramento, mantendo histórico para fiscalização.
- 4.23. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica ou por via telefônica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 4.24. A execução do serviço deverá ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- 4.25. Todos os serviços e contratos de suporte deverão ser entregues em remessa única, cobrindo integralmente o período contratado.
- 4.26. A verificação da validade da garantia e suporte técnico deverá ser possível pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante.
- 4.27. O suporte técnico deverá estar disponível para abertura de chamados no regime 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), por telefone, e-mail ou sistema de chamados da fabricante.
- 4.28. Durante toda a vigência do contrato de suporte técnico, a Contratante deverá ter direito ao download e à aplicação das atualizações de firmware e software disponibilizadas pelo fabricante, que deverá fornecer novas versões de software (upgrades), sem custo adicional, à medida que elas sejam disponibilizadas, e oferecerá orientações e suporte técnico quando a instalação puder ser realizada pela equipe técnica da UFABC.
- 4.29. Durante o período de suporte técnico, qualquer parte ou peça defeituosa deverá ser substituída, sem ônus para a Contratante, exceto quando o defeito for decorrente de uso inadequado do equipamento.
- 4.30. Os serviços de reparo deverão ser executados preferencialmente “on-site” e, quando isso não for possível, no centro de manutenção do Contratado ou do fabricante, observando sempre o menor prazo de atendimento possível.
- 4.31. Os serviços corretivos de hardware deverão ser prestados durante toda a vigência, incluindo diagnóstico, isolamento de falhas, abertura e condução de chamados, execução de procedimentos de reparo e restabelecimento da operacionalidade do equipamento.
- 4.32. Se não for possível a resolução do problema de forma remota, a fabricante deverá enviar técnicos autorizados para prestar atendimento no local de instalação dos equipamentos, informando previamente a equipe técnica da UFABC sobre a programação para o atendimento on-site, a ser realizado no data center da UFABC (localizado na Av dos Estados, 5001 - Santo André - SP) onde os equipamentos se encontram instalados;
- 4.33. A fabricante deverá fornecer e instalar as peças de substituição quando for identificada essa necessidade, sendo que a entrega e instalação dessas peças, e a liberação dos equipamentos para uso, deverá atender o prazo máximo estipulado neste documento para a resolução do problema;
- 4.34. No caso de haver necessidade de substituição/remoção de algum componente dos equipamentos, o transporte e retirada dos mesmos deverão ser providenciados pela fabricante, sem ônus para a UFABC;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 4.35. A substituição de peças defeituosas deverá ocorrer por peças novas e originais/homologadas pelo fabricante com garantia de compatibilidade, firmware suportado e manutenção das condições de suporte oficial.
- 4.36. A contratada deverá prover acesso e intermediação aos canais oficiais do fabricante, incluindo portal de suporte, base de conhecimento, abertura/gestão de tickets, logs, coleta de evidências e acompanhamento até a conclusão do caso.
- 4.37. Todas as atividades deverão preservar a elegibilidade da cobertura oficial do fabricante, assegurando que todas as ações (trocas, atualizações e procedimentos) não invalidam a garantia/contrato, mantendo o equipamento em conformidade com as políticas da fabricante.
- 4.38. A execução dos serviços deverá ocorrer no(s) local(is) indicado(s) pela UFABC, em regime on-site quando aplicável, incluindo deslocamento, mão de obra, ferramentas e demais recursos necessários, sem ônus adicional à contratada.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

- 4.39. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade e demais princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da UFABC.

Vistoria

- 4.40. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

- 4.41. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.41.1 Observação aos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981);

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.42. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

- 4.43. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 4.44. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

- 4.45. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 4.45.1 A solução compreende a prestação do serviço de suporte técnico para a infraestrutura de armazenamento de dados da UFABC, HPE MSA2060, seriais ACM103S3MP e ACM103S3N2, e todos os seus componentes.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 aplicar ao Contratado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao Contratado, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6 comunicar ao Contratado todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

- 5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9 fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1 Início da execução do objeto: O início do suporte técnico deverá ocorrer em até 02 (dois) dias corridos contados da assinatura do contrato.
- 6.1.2 O serviço de renovação do suporte técnico das 2 (duas) storages HPE MSA2060 e seus componentes.
- 6.1.3 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
 - 6.1.3.1. O suporte técnico deverá estar disponível para abertura de chamados no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), por telefone, e-mail ou sistema de chamados do fabricante.
 - 6.1.3.2. Durante toda a vigência do contrato de suporte técnico, a Contratante deverá ter direito ao download e à aplicação das atualizações de firmware e software disponibilizadas pelo fabricante.
 - 6.1.3.3. Durante o período de suporte técnico, qualquer parte ou peça defeituosa deverá ser substituída, sem ônus para a Contratante, exceto quando o defeito for decorrente de uso inadequado do equipamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

6.1.3.4. Os serviços de reparo deverão ser executados preferencialmente “on-site” e, quando isso não for possível, no centro de manutenção do Contratado ou do fabricante, observando sempre o menor prazo de atendimento possível.

6.1.3.5. Na impossibilidade de solução definitiva, o equipamento deverá ser substituído por um novo, sem uso, do mesmo modelo, equivalente ou superior. A substituição por modelo diferente deverá ser previamente analisada e aprovada pela equipe técnica da Contratante.

6.1.4 Cronograma de realização dos serviços:

6.1.4.1. Envio de nota de empenho ao Contratado;

6.1.4.2. Entrega de todos os serviços, e contratos de suporte em remessa única;

6.1.4.3. Verificação da validade do suporte técnico pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante;

6.1.4.4. Abertura de chamado pela Contratante em caso de falha na solução de armazenamento de dados

6.1.4.5. Reparo ou solução do problema, pela fabricante, que deu origem ao chamado para incidentes severidade 1 e 2, em até 6 (seis) horas, por esforços de resolução remota e/ou atendimento on-site, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes;

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

6.2.1 Campus Santo André - Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu - Santo André - SP - CEP: 09280-560;

6.2.2 Os serviços de reparo deverão ser executados preferencialmente “on-site” e, quando isso não for possível, no centro de manutenção do Contratado ou do fabricante, observando sempre o menor prazo de atendimento possível;

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24x7, entretanto, em casos de severidade baixa, preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 07h às 19h.

Rotinas a serem cumpridas

6.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

6.4.1 Envio de nota de empenho ao Contratado;

6.4.2 Entrega de todos os serviços, e contratos de suporte em remessa única;

6.4.3 Verificação da validade do suporte técnico pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 6.4.4 Emissão da nota fiscal pelo Contratado;
- 6.4.5 Recebimento definitivo e realização de ateste da nota fiscal;
- 6.4.6 Abertura de chamado pela Contratante em caso de falha na solução de armazenamento de dados;
- 6.4.7 Atendimento 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), via telefone ou website da fabricante, para resolução de problemas identificados pela equipe técnica da UFABC relacionados ao software e hardware dos equipamentos, de modo que:
 - 6.4.7.1. Definição e classificação de severidade (critérios mínimos):
 - 6.4.7.1.1. Sev1: indisponibilidade total ou impacto crítico em serviço essencial;
 - 6.4.7.1.2. Sev2: degradação severa com mitigação parcial;
 - 6.4.7.1.3. Sev3: impacto moderado/baixa criticidade, sem interrupção total.
- 6.4.8 Tempo de retorno inicial do suporte (callback) a partir do contato inicial nos canais da fabricante, para severidade 1 (Sev1): retorno em até 15 minutos, para severidades 2 e 3 (Sev2/Sev3): retorno em até 1 hora, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes.
- 6.4.9 Restabelecimento de hardware para incidentes severidade 1 e 2, deverá ser garantido o compromisso de retornar o hardware à condição operacional em até 6 (seis) horas, por esforços de resolução remota e/ou atendimento on-site, contados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento, inclusive nos casos que exijam substituição de peças ou componentes;

Materiais a serem disponibilizados

- 6.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
 - 6.5.1 Durante o período de suporte técnico, qualquer parte ou peça defeituosa deverá ser substituída, sem ônus para a Contratante, exceto quando o defeito for decorrente de uso inadequado do equipamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 6.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
 - 6.6.1 Serviço de suporte técnico da infraestrutura de armazenamento de dados da UFABC, HPE MSA 2060, seriais ACM103S3MP e ACM103S3N2, e todos os seus componentes.

Formas de transferência de conhecimento

- 6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

- 6.9. A nota de empenho conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

Mecanismos formais de comunicação

- 6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Nota de empenho;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Preposto

- 7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Equipe de fiscalização do contrato

Papel	Nome	SIAPE
Gestor do Contrato	Larissa de Mattos	2328747
Fiscal Técnico	Angelo Luiz Lazaro Junior	2108869
Fiscal Administrativo	Francisco Felix da Silva Junior	2116646
Substituto Administrativo	Helena Fernandes Dolfato	1322386

Fiscalização Técnica

- 7.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

- 7.16. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.18. Além do disposto acima, e de observar o disposto no Manual de Fiscalização de Contratos da UFABC, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 7.18.1 Recebimento de documento fiscal de faturamento anual;
- 7.18.2 Elaboração de ateste de documento fiscal anual.

Gestor do Contrato

- 7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:
- 7.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 7.19.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.19.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 7.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:
- 7.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 7.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na abertura do chamado
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a 80 %.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Eventual
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde: IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência; ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Início de Vigência	O início do suporte técnico deverá ocorrer em 15/04/2026 ou em até 02 (dois) dias corridos contados da assinatura do contrato, prevalecendo a data mais tardia, de modo a evitar descontinuidade da cobertura.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	IAP \geq 90%: sem descontos sobre o valor da fatura anual IAP \geq 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura anual IAP \geq 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura anual IAP $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura anual

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1 não produziu os resultados acordados,

8.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 8.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o recebimento, pela Contratante, da confirmação da renovação de serviço de suporte técnico para os equipamentos de armazenamento de dados, a ser enviado pelo Contratado.

Recebimento

- 8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 05 dias após o recebimento, pela Contratante, da confirmação da renovação de serviço de suporte técnico para os equipamentos de armazenamento de dados, a ser enviado pelo Contratado.
- 8.11. Todos os serviços e contratos de suporte deverão ser entregues em remessa única, cobrindo integralmente o período contratado.
- 8.12. A verificação da validade do suporte técnico deverá ser possível pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante.
- 8.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 8.13.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 8.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 8.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.20.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 8.20.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 8.20.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.20.4 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.20.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 8.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

- 8.24. Será adotado como procedimento de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, o recebimento, pela Contratante, da confirmação da renovação de serviço de suporte técnico para os equipamentos de armazenamento de dados, a ser enviado pelo Contratado.
- 8.25. Todos os serviços e contratos de suporte deverão ser entregues em remessa única, cobrindo integralmente o período contratado.
- 8.26. A verificação da validade do suporte técnico deverá ser possível pelo site do fabricante, utilizando as credenciais de acesso da Contratante.

Liquidação

- 8.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.28. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.29. Para fins de liquidação, o setor competente responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I) o prazo de validade;
 - II) a data da emissão;
 - III) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV) o período respectivo de execução do contrato;
 - V) o valor a pagar;
 - VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
 - VII) dados bancários para o pagamento via depósito.
- 8.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

- 8.31. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.31.1 A consulta tratada no subitem anterior deve ser realizada pelo responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal, e a cópia do SICAF deve ser anexada ao Documento de Ateste da Nota Fiscal (DANF).

- 8.32. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.32.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.32.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 8.33. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, o responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deverá providenciar sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a empresa regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

- 8.34. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 8.35. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

- 8.36. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.37. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

- 8.38. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Forma de pagamento

- 8.39. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado e informado pelo demandante/fiscal do contrato na Declaração de Ateste de Nota Fiscal.
- 8.40. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.41. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.41.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.41.1.1. Caso o contratante tenha alguma condição especial na tributação regular (suspensão, redução ou isenção) deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal, a documentação ou informativo da legislação aplicada à sua condição.
- 8.42. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 8.43. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/03/2026.
- 8.44. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.45. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.46. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgados os índices definitivos.
- 8.47. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.48. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

8.49. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.50. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.51. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.51.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.51.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.51.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.51.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.52. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de	Multa de 0,5 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

	48 horas.	Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura anual.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura anual.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura anual.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura anual.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 9.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 9.4.4 Multa:
- 9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **05% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.
 - 9.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.
 - 9.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.
 - 9.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
 - 9.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
 - 9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.
- 9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 9.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 9.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.11.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 9.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 9.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de Execução

- 10.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

Exigências de habilitação técnica

- 10.3. Para fins de habilitação técnica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Técnica

- 10.4. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 10.4.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 10.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.6. Comprovação emitida pela empresa Hewlett Packard Enterprise (HPE) de parceiro autorizado a comercializar produtos desta fabricante.
- 10.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, o licitante deverá fornecer atestado comprovando que forneceu serviço de garantia e suporte técnico desse mesmo tipo de equipamento da fabricante pelo mesmo período que se pretende contratar por este processo.
- 10.6.1.1. A Contratante poderá verificar a legitimidade do documento apresentado para fins de habilitação técnica do licitante no certame.
- 10.6.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.6.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 10.6.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 10.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 10.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- 10.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

- 10.10. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.11. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.13. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$449.203,47 (quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e três reais e quarenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

- 13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 13.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 13.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Pagamento referente ao primeiro ano	2026 - Dez dias após o ateste do documento fiscal a ser emitido no máximo 05 dias após o recebimento definitivo.	R\$149.734,49
Pagamento referente ao segundo ano	2027 - Dez dias após o ateste do documento fiscal a ser emitido um ano após o primeiro faturamento.	R\$149.734,49
Pagamento referente ao terceiro ano	2028 - Dez dias após o ateste do documento fiscal a ser emitido dois anos após o primeiro faturamento.	R\$149.734,49

Integrante Requisitante Larissa de Mattos Técnico de TI SIAPE 2328747	Integrante Técnico Angelo Luiz Lazaro Junior Técnico de TI SIAPE 2108869	Integrante Administrativo Helena Fernandes Dolfato Assistente em Administração SIAPE 1322386
---	--	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
<div>_____ Carlos Alberto Orsolon Silva Coordenador Geral Núcleo de Tecnologia da Informação SIAPE 1758431 Portaria nº 551 - 21 de junho de 2024 Boletim de Serviço nº 1356 - 25 de junho de 2024</div>

Santo André, 24 de abril de 2026.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Aprovo,

Autoridade Competente
<p>_____ Carlos Alberto Orsolon Silva Coordenador Geral Núcleo de Tecnologia da Informação SIAPE 1758431 Portaria nº 551 - 21 de junho de 2024 Boletim de Serviço nº 1356 - 25 de junho de 2024</p>

ANEXO I.I - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal do Contratado em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não, em observância à estrutura normativa de Segurança da Informação vigentes na UFABC (Política de Segurança da Informação e Comunicações).

[NOME e CPF], perante à Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, e a:

- tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pela UFABC] e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
- não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito da UFABC, salvo autorização da autoridade competente.

Declaro ciência da Política de Segurança da Informação e Comunicações da UFABC.

[Local, data e assinatura]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO I.II - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC.

No caso de substituição ou inclusão de empregados do Contratado, o preposto deverá entregar à Equipe de Fiscalização do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Número do Termo de Contrato

Objeto do Contrato

Nome e CNPJ do Contratado

Nome do preposto do Contratado

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os empregados da prestadora de serviços abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecimento do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e da estrutura normativa de Segurança da Informação vigentes na UFABC.

Nome do Contratado - Dados dos funcionários: Nome, Matrícula, Assinatura

_____ de _____ de 20_____

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 27/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23006.003648/2026-21

2. Descrição da necessidade**Serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060****Identificação da necessidade e contextualização**

A Universidade Federal do ABC (UFABC) mantém em sua infraestrutura de Tecnologia da Informação duas storages HPE MSA 2060, identificadas pelos números de série ACM103S3MP e ACM103S3N2, que desempenham papel estratégico no provimento de serviços de armazenamento corporativo, suportando sistemas institucionais críticos, bases de dados, ambientes de virtualização, aplicações administrativas, acadêmicas e serviços essenciais à operação da Universidade.

As storages HPE MSA 2060 são equipamentos de classe corporativa, projetados para ambientes que demandam alta disponibilidade, desempenho e confiabilidade, contando com funcionalidades como:

- Arquitetura com controladoras redundantes, eliminando pontos únicos de falha;
- Suporte a RAID por hardware, garantindo tolerância a falhas de discos;
- Mecanismos de cache com proteção por bateria ou supercapacitor, assegurando integridade dos dados em caso de falhas de energia;
- Suporte a multipathing, permitindo acesso contínuo aos volumes mesmo diante de falhas de caminhos ou componentes;
- Recursos de monitoramento proativo, alertas de falhas;
- Possibilidade de atualizações de firmware online, minimizando interrupções de serviço.

Os dados armazenados nestes equipamentos possuem alto valor institucional, incluindo informações acadêmicas, administrativas, financeiras e operacionais, cuja indisponibilidade, corrupção ou perda pode causar impactos significativos à continuidade das atividades da UFABC, ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias, bem como à confiabilidade dos serviços prestados à comunidade universitária.

A garantia do fabricante para os equipamentos supracitados encerra-se em abril de 2026, após o que não haverá cobertura para atendimento técnico especializado, correções de falhas, substituição de componentes ou acesso a suporte qualificado. A ausência de suporte técnico adequado compromete diretamente os níveis de disponibilidade, segurança da informação e continuidade dos serviços de TI, aumentando o risco de falhas prolongadas, indisponibilidade de sistemas críticos e ampliação do tempo de recuperação de incidentes.

Diante desse cenário, faz-se necessária a contratação de serviço especializado de suporte técnico, abrangendo manutenção preventiva e corretiva das duas storages HPE MSA 2060, de modo a preservar as condições ideais de funcionamento dos equipamentos após o término da garantia do fabricante.

O serviço de garantia e suporte técnico deverá compreender, entre outras atividades, sempre que necessário, a verificação do estado dos componentes físicos, análise de logs e alertas, atualização de firmwares e microcódigos, testes de redundância, validação de políticas de RAID e avaliação de desempenho, com o objetivo de identificar e mitigar falhas potenciais antes que impactem os serviços.

Além disso, deverá assegurar atendimento técnico especializado em caso de falhas ou degradação de desempenho, incluindo diagnóstico, correção de incidentes, substituição de componentes defeituosos e suporte à restauração do pleno funcionamento dos sistemas, respeitando níveis de serviço compatíveis com a criticidade do ambiente.

Considerando a criticidade dos serviços suportados pelas storages, a descontinuidade do suporte técnico e garantia desses equipamentos representa risco significativo à continuidade dos serviços de TI da Universidade, podendo resultar em indisponibilidade de sistemas, aumento do tempo de resposta a incidentes, falhas de desempenho e potencial perda de dados, com impactos diretos nas atividades-fim da instituição.

Assim, a contratação de suporte e garantia destes equipamentos é necessária para garantir a alta disponibilidade dos sistemas institucionais, a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados, bem como a continuidade do serviço público, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança da informação, economicidade e gestão de riscos, conforme estabelecido pela IN SEGES /ME nº 58/2022 e demais normativos aplicáveis à Administração Pública Federal.

Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de serviço de suporte e manutenção do fabricante compatível com a criticidade do ambiente, contemplando atendimento especializado, reposição/acionamento de hardware (quando aplicável) e suporte técnico para resolução de incidentes com elevada severidade.

Storage HPE MSA2060

Equipamentos de armazenamento de dados são componentes fundamentais da infraestrutura de Tecnologia da Informação, responsáveis por armazenar, proteger e disponibilizar informações digitais utilizadas por sistemas, aplicações e usuários. Esses equipamentos concentram dados institucionais, bancos de dados, arquivos, aplicações e ambientes virtualizados, permitindo o acesso contínuo e seguro às informações necessárias ao funcionamento das organizações.

Em ambientes corporativos e institucionais, o armazenamento de dados deve atender a requisitos rigorosos de disponibilidade, desempenho, integridade e segurança da informação. Para isso, os equipamentos de armazenamento utilizam arquiteturas especializadas, com recursos como controladoras redundantes, discos organizados em arranjos RAID, cache de escrita protegido, mecanismos de replicação e tolerância a falhas, além de monitoramento contínuo do estado dos componentes. Esses recursos reduzem o risco de perda de dados e garantem a continuidade dos serviços mesmo diante de falhas de hardware.

Os sistemas de armazenamento são utilizados para suportar aplicações críticas, como sistemas administrativos, acadêmicos, financeiros, bancos de dados institucionais, plataformas de virtualização,

serviços de arquivos e aplicações corporativas. A indisponibilidade desses equipamentos pode resultar em interrupção de serviços essenciais, perda de produtividade, descumprimento de obrigações legais e prejuízos operacionais significativos.

Além de armazenar dados, esses equipamentos desempenham papel essencial na proteção das informações, possibilitando a implementação de políticas de backup, recuperação de desastres, controle de acesso e conformidade com normas de segurança da informação. Dessa forma, os sistemas de armazenamento contribuem diretamente para a continuidade do serviço, a confiabilidade dos sistemas e a preservação do patrimônio informacional da instituição.

CATSER

O enquadramento do objeto no **CATSER 27740** mostra-se adequado e compatível com a presente contratação, uma vez que, em licitações similares realizadas por órgãos da Administração Pública Federal para serviços de **suporte técnico, manutenção e extensão de garantia de equipamentos de armazenamento corporativo da linha HPE MSA (inclusive modelos da família MSA 2000/2060)**, o objeto é caracterizado predominantemente como serviço de **suporte técnico especializado e garantia de hardware de TIC**, com fornecimento de peças, atendimento técnico, atualização de firmware e restauração do ambiente.

A análise dos editais e contratos de referência evidencia que o escopo contratado nesses processos compreende, de forma recorrente:

- atendimento técnico especializado para equipamentos de armazenamento corporativo;
- manutenção preventiva e corretiva de hardware;
- substituição de componentes defeituosos;
- acesso a atualizações de firmware e microcódigo;
- suporte à recuperação do ambiente em caso de falhas.

Esse conjunto de atividades corresponde diretamente à natureza do serviço pretendido para as storages HPE MSA 2060 da UFABC, não se caracterizando como aquisição de solução de software, serviço de desenvolvimento, nem como serviço de operação continuada de ambiente, mas sim como serviço de garantia e suporte técnico de equipamentos de infraestrutura de TIC.

Dessa forma, considerando o padrão adotado em licitações similares para garantia e suporte de storages da família HPE MSA, bem como a aderência entre o objeto contratado nesses certames e o escopo técnico definido para a presente contratação, conclui-se que o **CATSER 27740** é o que melhor representa a natureza do serviço a ser contratado, sendo o mais pertinente para o correto enquadramento do objeto no âmbito do Catálogo de Serviços da Administração Pública Federal.

Exemplos de licitações

[Pregão Eletrônico nº 90008/2024 – Polícia Federal](#)

Contratação de *suporte técnico de hardware para equipamentos de armazenamento, backup e servidores de rede*, incluindo storages em data center institucional.

[Editais de serviço de extensão de garantia e suporte de storage HPE MSA 2050 – Prefeitura de Americana \(SP\)](#)

Licitação que trata de serviços de extensão de garantia e suporte especializado para storage HPE MSA 2050, inclusive manutenção técnica.

Contrato de manutenção e suporte para storage HPE MSA 2040/2050 – Tribunal de Justiça Militar de MG (TJMMG)

Documento que trata da *contratação de manutenção e suporte em storage HPE MSA 2040/2050*, com detalhes técnicos e escopo semelhantes ao serviço que se pretende contratar.

Licitação da FUNAPE/PE – manutenção de storage HP (MSA 2000)

Licitação que contratou **serviço de manutenção com suporte e assistência técnica “on-site” para storage HP modelo StorageWorks MSA 2000**, com escopo completo de manutenção preventiva e corretiva.

Caracterização dos níveis HPE Tech Care

O portfólio HPE Tech Care é ofertado em níveis (Basic, Essential e Critical), com variação de cobertura, prazos de resposta e mecanismos de tratamento de indisponibilidades. Em termos práticos:

HPE Tech Care Basic: Nível voltado a ambientes com maior tolerância à indisponibilidade, normalmente com:

- Cobertura e atendimento predominantemente em **horário comercial**
- Atendimento on-site condicionado a prazos típicos de **próximo dia útil** (conforme modalidade contratada);
- Adequado quando a interrupção do serviço não implica impacto institucional relevante.

HPE Tech Care Essential: Nível orientado a ambientes de produção com necessidade de suporte ampliado, em geral com:

- Cobertura **24x7** para atendimento remoto e acionamento;
- Atendimento on-site em prazo reduzido (ex.: **atendimento em poucas horas**, conforme elegibilidade e localidade);
- Adequado para operação contínua, porém sem os mecanismos mais restritivos de restauração e gestão de crise típicos do nível máximo.

HPE Tech Care Critical: Nível destinado a ambientes missão-crítica, agregando:

- Cobertura **24x7**, com prioridade para incidentes de alta severidade;
- Mecanismos específicos para **redução do tempo de indisponibilidade**, com tratamento estruturado de eventos críticos;
- Compromissos mais rigorosos para recuperação/restauração (conforme elegibilidade do equipamento e modalidade), e suporte orientado a retorno do serviço no menor prazo possível.

Análise comparativa e aderência ao cenário institucional

Considerando que os equipamentos cobertos sustentam todos os sistemas institucionais, a solução deve minimizar o risco de indisponibilidades prolongadas, principalmente fora do horário comercial (noites, finais de semana e feriados), quando a ausência de cobertura adequada tende a ampliar o tempo de parada.

- O Basic é insuficiente para o contexto, pois a cobertura restrita e prazos mais elásticos podem resultar em indisponibilidades que atravessam janelas não úteis, elevando o impacto institucional.

- O Essencial melhora significativamente ao oferecer suporte ampliado, porém o Critical é mais aderente quando a premissa é “serviço não pode parar”, por agregar mecanismos típicos de ambiente missão-crítica, com maior prioridade e rigor para incidentes severos.
- O Critical reduz a exposição institucional ao risco de parada prolongada e contribui para maior previsibilidade de recuperação do ambiente, o que é compatível com o papel desses equipamentos como base de praticamente todos os serviços corporativos.

Objeto da Contratação

Contratação de suporte HPE Tech Care pelo período de 3 (três) anos, na modalidade critical, para atendimento e sustentação dos equipamentos HPE que suportam os sistemas institucionais, com pagamento anual.

Análise de risco da pesquisa de preços (Painel de Preços)

A utilização de referências extraídas do Painel de Preços, embora constitua importante fonte de consulta para a formação do valor estimado da contratação, apresenta limitações relevantes quando aplicada a soluções de armazenamento de dados (storage) e serviços de suporte/garantia associados, em razão da elevada especificidade técnica desses objetos.

No caso de equipamentos da linha HPE MSA (ou equivalentes), verificam-se variações significativas entre as contratações registradas, mesmo quando a descrição aparenta similaridade, especialmente quanto a: modelo exato do equipamento, quantidade e tipo de controladoras, quantidade e tecnologia dos discos, capacidade útil e bruta, interfaces de comunicação (iSCSI/Fibre Channel), gavetas de expansão, licenças, prazo e modalidade de garantia/suporte (inclusive SLA), além de serviços acessórios (instalação, configuração, treinamento, entre outros).

Tais diferenças impactam diretamente os preços contratados e reduzem a comparabilidade entre os registros pesquisados. Assim, a adoção de valores extraídos do Painel de Preços sem adequada análise de aderência técnica ao objeto pretendido pode resultar em estimativa inferior ao valor efetivamente praticado no mercado para a solução específica demandada.

Essa situação representa risco concreto à contratação, podendo ocasionar:

- **baixa atratividade do certame;**
- **ausência de propostas compatíveis** com o preço estimado;
- **pregão deserto ou fracassado;**
- **atraso na contratação**, com potencial impacto na continuidade e na disponibilidade dos serviços suportados pela infraestrutura de TI institucional.

Parceira Credenciada HPE e extensão da garantia e suporte

Justifica-se a exigência de que a contratada seja parceira credenciada/autorizada pela HPE, fabricante dos equipamentos, para comercialização de seus produtos e serviços técnicos, tendo em vista que o objeto consiste na **renovação de garantia/suporte junto ao fabricante**. Tal condição visa assegurar o processamento regular da renovação nos canais oficiais da HPE, a validade da cobertura contratada, a elegibilidade para suporte técnico e fornecimento de peças originais, bem como a mitigação de riscos operacionais e contratuais à Administração.

Justifica-se a adoção de extensão/renovação de garantia e suporte junto ao fabricante (HPE), em detrimento da contratação de empresa terceira para manutenção do equipamento, por se tratar de

solução mais aderente ao objeto e mais segura sob os aspectos técnico e operacional. A renovação junto ao fabricante preserva a cobertura oficial, a elegibilidade do equipamento para suporte HPE, o acesso aos canais oficiais de atendimento e escalonamento, bem como a utilização de peças e procedimentos suportados pelo fabricante, reduzindo riscos de indisponibilidade, incompatibilidade técnica e controvérsias de responsabilidade.

Além disso, por envolver equipamento de armazenamento corporativo (crítico à continuidade dos serviços), a solução com suporte oficial do fabricante proporciona maior previsibilidade na gestão do atendimento e menor risco contratual à Administração, quando comparada à manutenção por terceiros desvinculados do fabricante.

Considerando que o objeto envolve extensão de garantia e suporte técnico para equipamentos HPE, e que tais serviços devem ser fornecidos por empresas devidamente credenciadas junto ao fabricante, foram realizadas consultas de mercado com fornecedores identificados no portal oficial HPE Partner Connect (diretório de parceiros), disponível em <https://partnerconnect.hpe.com/partners>. As empresas listadas neste portal foram contatadas com o objetivo de obter orçamentos e condições comerciais para a prestação do serviço de extensão de garantia e suporte, assegurando que as propostas coletadas fossem provenientes de parceiros habilitados e aptos a comercializar serviços e contratos de suporte vinculados ao fabricante, com cobertura, níveis de serviço (SLA) e elegibilidade de peças e atendimento compatíveis com as exigências do ambiente institucional. Dessa forma, as consultas de mercado basearam-se exclusivamente em fornecedores localizáveis e verificáveis no portal oficial da HPE, reforçando a rastreabilidade das cotações e a aderência ao requisito de parceria credenciada, requisito essencial para garantir continuidade de suporte, validade da cobertura de garantia, acesso a peças originais, procedimentos homologados e atendimento em conformidade com as políticas do fabricante.

Neste contexto, solicita-se aos participantes do certame a **Carta de Solidariedade (HPE)**, de modo a comprovar ao órgão que a empresa que está participando (revenda/fornecedora) tem vínculo com o fabricante e que o produto que ela está ofertando é suporte/garantia oficial, com canais autorizados, de modo a:

- Garantir procedência e legitimidade: mostra que o produto/serviço virá por canal oficial HPE, evitando “paralelo” e risco de equipamento sem cobertura.
- Dar segurança sobre o suporte: indica que haverá direito a abrir chamado, acesso a firmware /patches, peças de reposição e atendimento conforme o SLA contratado (ex.: Critical).
- Reduzir risco contratual: deixa claro que o suporte é “amparado” pelo fabricante, e não só uma promessa da revenda.

Com o objetivo de assegurar o atendimento a este requisito pelas licitantes, foi realizada consulta à fabricante da solução, que afirmou realizar a prática de emissão de carta de solidariedade, conforme Anexo 1 deste Estudo Técnico Preliminar.

Contratação de serviço continuado com renovação anual e pagamento anual

A adoção de contratação de serviço continuado com renovação anual e pagamento anual pode apresentar vantagens relevantes em relação ao pagamento anual, especialmente quando se trata de serviços cuja comercialização e prestação, no mercado, já ocorrem por ciclos anuais (como suporte técnico especializado, licenciamento e renovações vinculadas ao fabricante).

Em primeiro lugar, o pagamento anual tende a proporcionar maior previsibilidade orçamentária e financeira para a Administração, pois concentra o desembolso em um único evento por período de

cobertura, facilitando o planejamento da dotação e a gestão do exercício. Além disso, permite melhor visualização do custo total do período contratado, favorecendo a tomada de decisão e a comparação entre propostas.

Outro benefício importante é a redução da carga administrativa e operacional da gestão contratual. Em vez de processar medições, atestes e pagamentos mensais (com emissão recorrente de notas fiscais, conferências e tramitações internas), a Administração passa a realizar esse fluxo de forma menos frequente, o que reduz retrabalho, tempo de análise e risco de inconsistências operacionais. Isso também simplifica a fiscalização contratual, sobretudo em serviços com escopo padronizado e cobertura contínua.

Além disso, quando o serviço é renovado anualmente, essa modelagem preserva a flexibilidade da Administração para reavaliar, a cada ciclo, a vantajosidade da continuidade, o desempenho da contratada e a adequação da solução, sem perder os ganhos de simplificação e previsibilidade do pagamento anual. Ou seja, combina-se a natureza de serviço continuado (com possibilidade de prorrogação/renovação) com uma forma de pagamento mais aderente à lógica comercial do mercado e menos onerosa em termos de gestão.

Por fim, o pagamento anual pode contribuir para a continuidade do serviço, ao reduzir riscos associados a atrasos em rotinas mensais de processamento, evitando interrupções por pendências administrativas recorrentes.

Assim, a opção por renovação anual com pagamento anual mostra-se vantajosa, em relação ao pagamento mensal, por reunir maior previsibilidade orçamentária, simplificação administrativa, potencial ganho econômico, estabilidade de preços e melhor aderência ao modelo de comercialização do mercado, sem prejuízo da reavaliação periódica da conveniência e da vantajosidade da contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Tecnologia da Informação	Carlos Alberto Orsolon Silva

4. Necessidades de Negócio

Necessidade 1: Assegurar a continuidade operacional dos sistemas institucionais por meio da manutenção da infraestrutura de armazenamento de dados, garantindo a disponibilidade, integridade e segurança das informações críticas armazenadas nas storages corporativas.

Envolvidos: NTI - Data Center

Necessidade 2: Manter níveis adequados de desempenho e confiabilidade dos serviços de armazenamento, de forma a suportar ambientes de virtualização, bancos de dados e aplicações corporativas que demandam alta disponibilidade e acesso contínuo aos dados.

Envolvidos: NTI - Data Center

Necessidade 3: Reduzir riscos operacionais associados a falhas de hardware, indisponibilidade de sistemas e perda de dados, por meio da contratação de suporte técnico especializado com manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos de armazenamento.

Envolvidos: NTI - Data Center

Necessidade 4: Garantir atendimento técnico qualificado e tempestivo após o término da garantia do fabricante, minimizando o tempo de indisponibilidade e assegurando a rápida recuperação dos serviços afetados por incidentes.

Envolvidos: NTI - Data Center

Necessidade 5: Garantir a contratação de serviço extensão da garantia e suporte via parceira Credenciada HPE.

Envolvidos: NTI - Data Center

Necessidade 6: Preservar o patrimônio informacional institucional e assegurar a continuidade do serviço público, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança da informação, gestão de riscos e economicidade aplicáveis à Administração Pública.

Envolvidos: NTI - Data Center

5. Necessidades Tecnológicas

- Garantir a disponibilidade contínua dos sistemas institucionais, assegurando o acesso ininterrupto às aplicações administrativas, acadêmicas e operacionais.
- Assegurar a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados, protegendo o patrimônio informacional institucional contra perda, corrupção ou acesso não autorizado.
- Manter uma infraestrutura tecnológica estável e resiliente, com equipamentos adequados, arquiteturas redundantes e tolerantes a falhas.
- Dispor de suporte técnico especializado e manutenção contínua, visando a prevenção de falhas, a rápida resolução de incidentes e a redução do tempo de indisponibilidade dos serviços.
- Atender às demandas de desempenho e escalabilidade, possibilitando o crescimento do volume de dados e a evolução dos sistemas institucionais.
- Implementar mecanismos eficazes de monitoramento, diagnóstico e gestão de incidentes, permitindo a identificação proativa de problemas e a atuação preventiva.
- Reduzir riscos associados à obsolescência tecnológica, por meio de planejamento, atualização e sustentação adequada dos ativos de TI.
- Garantir conformidade com normativos, boas práticas e políticas de governança e segurança da informação, aplicáveis à Administração Pública.
- Promover o uso eficiente dos recursos de TI, observando os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

- A solução deverá contemplar serviço de suporte técnico especializado com garantia para equipamentos de armazenamento de dados de classe corporativa, compatível com storages HPE MSA 2060 ou equivalentes.
- O suporte técnico deverá ser prestado por empresa com comprovada experiência em ambientes de Data Center, com atuação em infraestruturas de armazenamento corporativo.
- A solução deverá prever atendimento técnico com níveis de serviço (SLA) compatíveis com a criticidade dos sistemas suportados, incluindo prazos máximos para resposta e solução de incidentes.

- Deverá assegurar atendimento em caso de falhas, defeitos ou indisponibilidades, com diagnóstico técnico e restabelecimento do funcionamento dos equipamentos cobertos pela garantia.
- A garantia deverá incluir a substituição de componentes defeituosos, por peças novas ou equivalentes, originais ou homologadas pelo fabricante, sem ônus adicional para a contratante durante o período de vigência.
- A solução deverá permitir a continuidade operacional dos serviços de TI, minimizando indisponibilidades e reduzindo o tempo de recuperação em caso de incidentes.
- O suporte técnico deverá contemplar acesso a especialistas certificados ou qualificados, aptos a atuar sobre a tecnologia dos equipamentos contratados.
- Deverá garantir a integridade, disponibilidade e segurança das informações, em conformidade com as políticas institucionais de segurança da informação.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Tabela dos itens com quantitativos	
Descrição	Quant.
Contratação de serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060	03 anos

8. Levantamento de soluções

• CENÁRIO 1

Solução 1: Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Critical

Descrição: Neste cenário, continuamos com a garantia da HPE para manutenção e suporte

- Disponibilidade: Após a finalização do pregão e empenho.
- Alternativa de mercado: N/A
- Solução de software: Atualização do Firmware do equipamento, se houver
- Políticas e padrões de governo: N/A
- Necessidades de adequação para execução contratual: Não
- Diferentes modelos para a prestação do serviço: Prestação de serviço pela própria HPE ou por empresa credenciada pela HPE
- Diferentes tipos de soluções: Não há
- Possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço: Como serviço

- i. Estratégia de ampliação ou substituição da solução implantada: Não
- j. Métricas de prestação de serviço e de pagamento: tempo de atendimento

Item	Investimento total - Valor(R\$)		
	2026	2026+1	2026+2
1	R\$ 169.541,42	R\$ 169.541,42	R\$ 169.541,42
TOTAL GERAL (R\$)	R\$ 169.541,42	R\$ 339.082,84	R\$ 508.624,26

• CENÁRIO 2

Solução 2: Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Essential

Descrição: Neste cenário, continuamos com a garantia da HPE para manutenção e suporte

- a. Disponibilidade: Após a finalização do pregão e empenho.
- b. Alternativa de mercado: N/A
- c. Solução de software: Atualização do Firmware do equipamento, se houver
- d. Políticas e padrões de governo: N/A
- e. Necessidades de adequação para execução contratual: Não
- f. Diferentes modelos para a prestação do serviço: Prestação de serviço pela própria HPE ou por empresa credenciada pela HPE
- g. Diferentes tipos de soluções: Não há
- h. Possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço: Como serviço
- i. Estratégia de ampliação ou substituição da solução implantada: Não
- j. Métricas de prestação de serviço e de pagamento: tempo de atendimento

Item	Investimento total - Valor(R\$)		
	2026	2026+1	2026+2
1	R\$ 110.806,65	R\$ 110.806,65	R\$ 110.806,65
TOTAL GERAL (R\$)	R\$ 110.806,65	R\$ 221.613,30	R\$ 332.419,95

• **CENÁRIO 3**

Solução 3: Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Basic

Descrição: Neste cenário, continuamos com a garantia da HPE para manutenção e suporte

- a. Disponibilidade: Após a finalização do pregão e empenho.
- b. Alternativa de mercado: N/A
- c. Solução de software: Atualização do Firmware do equipamento, se houver
- d. Políticas e padrões de governo: N/A
- e. Necessidades de adequação para execução contratual: Não
- f. Diferentes modelos para a prestação do serviço: Prestação de serviço pela própria HPE ou por empresa credenciada pela HPE
- g. Diferentes tipos de soluções: Não há
- h. Possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço: Como serviço
- i. Estratégia de ampliação ou substituição da solução implantada: Não
- j. Métricas de prestação de serviço e de pagamento: tempo de atendimento

Item	Investimento total - Valor(R\$)		
	2026	2026+1	2026+2
1	R\$ 64.563,84	R\$ 64.563,84	R\$ 64.563,84
TOTAL GERAL (R\$)	R\$ 64.563,84	R\$ 129.127,68	R\$ 193.691,52

Observação. Os valores utilizados para compor os três cenários comparativos de tipos de suporte HPE, basic, essencial e critical constam do Anexo 2 deste Estudo Técnico Preliminar.

9. Análise comparativa de soluções

Cenário	Serviços da solução pelo período de 03 (três) anos	Estimativa (R\$)
1	Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Critical	R\$ 508.624,26

2	Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Essential	R\$ 332.419,95
3	Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Basic	R\$ 193.691,52

Considerando-se os três cenários de contratação do suporte HPE Tech Care para os próximos 3 anos, e o escopo de sustentação do equipamentos quanto aos serviços institucionais críticos (ambientes de virtualização, bancos de dados e sistemas corporativos), de modo que indisponibilidades impactam diretamente a continuidade do serviço público, com risco de efeitos em cascata em múltiplos sistemas dependentes, tem-se:

Cenário 1 - HPE Tech Care Critical (R\$ 169.541,42/ano)

- Suporte 24x7 com tratamento reforçado para alta severidade.
- Compromisso de reparo/restauração (hardware call-to-repair) em até 6 horas, 24x7, quando aplicável/elegível.
- Outage management (gestão de indisponibilidade) para incidentes de severidade 1 com impacto ao negócio, priorizando especialistas para acelerar o retorno.

Vantagens

- Maior redução do risco de indisponibilidade prolongada (foco em retorno do serviço).
- Maior previsibilidade e prioridade operacional em incidentes críticos.
- Melhor alinhamento com ambientes em que a indisponibilidade implica alto custo institucional (serviços essenciais, múltiplos sistemas dependentes).

Limitações / pontos de atenção

- Maior valor.
- Alguns compromissos são “quando aplicáveis” (dependem de elegibilidade do produto, cobertura contratada e condições locais).

Aderência ao contexto

- Muito alta aderência para infraestrutura central que sustenta os sistemas institucionais.

Cenário 2 - HPE Tech Care Essential (R\$110.806,65/ano): Suporte 24x7 com resposta mais rápida para incidentes críticos. Cobertura on-site 24x7 e atendimento on-site em 4 horas.

Vantagens

- Reduz significativamente o risco de ficar “aguardando dia útil”.
- Boa relação custo x benefício para ambientes de produção com exigência alta de disponibilidade.

Limitações / riscos

- O parâmetro “on-site em 4 horas” é um diferencial importante, porém não é, por si, um compromisso de restauração completa do hardware em prazo máximo (depende do tipo de incidente, peças, procedimentos e escopo).
- Em situações de severidade elevada, o tempo total de retorno do serviço pode ser mais variável do que no nível máximo.

Aderência ao contexto

- Boa aderência, porém pode ser insuficiente quando a instituição necessita do maior rigor possível em incidentes de severidade 1/2.

Cenário 3 - HPE Tech Care Basic (R\$64.563,84/ano): suporte 9x5 (horário comercial) e atendimento on-site no próximo dia útil (NBD) em modalidades usuais.

Vantagens

- Menor valor.
- Adequado para ativos não críticos ou com janela de manutenção ampla (tolerância a parada).

Limitações / riscos

- Em incidentes fora do horário comercial (noite, fim de semana, feriado), há probabilidade maior de prolongamento da indisponibilidade até o próximo período útil.
- Maior exposição a risco de interrupção prolongada em serviços essenciais, com impacto institucional.

Aderência ao contexto

Baixa aderência para infraestrutura que “não pode parar” e sustenta sistemas institucionais.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Considera-se inviável a manutenção interna do storage corporativo pelos técnicos da UFABC, em razão da elevada complexidade do equipamento, da necessidade de suporte especializado do fabricante, da inexistência de estoque institucional de peças críticas e da ausência de estrutura dedicada para diagnóstico e reparo em nível de hardware. A internalização dessa atividade aumentaria o risco de indisponibilidade prolongada de serviços institucionais e transferiria à Administração riscos técnicos e operacionais incompatíveis com a criticidade da solução.

Considera-se inviável contratar suporte e garantia que não seja prestado pelo fabricante porque se trata de um serviço diretamente associado ao direito de acesso às rotinas, ferramentas e recursos proprietários necessários para manter o equipamento em condição suportada e com continuidade operacional. No caso dos storages HPE MSA 2060, a manutenção efetiva depende de atualizações oficiais de firmware/software, acesso a base de conhecimento, boletins técnicos, procedimentos de correção validados e, quando necessário, substituição de peças originais com rastreabilidade e compatibilidade garantidas. Além disso, suporte não oficial tende a não assegurar elegibilidade para atendimento do fabricante, podendo gerar perda de cobertura (ou restrição de suporte), principalmente quando há intervenções de terceiros, uso de peças não homologadas ou execução de procedimentos fora das diretrizes técnicas oficiais. Em

cenário de falha crítica, a ausência de vínculo com o suporte do fabricante pode resultar em maior tempo de indisponibilidade, limitação no diagnóstico avançado e ausência de garantia de SLA aderente à criticidade do serviço. Por fim, a contratação de suporte oficial reduz riscos de interrupção de serviços institucionais, preserva a conformidade técnica do ambiente, mantém o equipamento em estado suportado durante todo o ciclo de vida e assegura a continuidade do atendimento especializado com o menor risco operacional possível.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Cenário	Estimativa de custos (R\$)				
	Ciclo de vida (em anos)	Investimento ativos	Garantia	Insumos	Manutenção
1	3	R\$ 0,00	R\$ 508.624,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	3	R\$ 0,00	R\$ 332.419,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	3	R\$ 0,00	R\$ 193.691,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Análise dos Custos Totais de Propriedade (Cenários)		
Cenário	Solução (Período de 03 anos)	Valor total (R\$)
1	Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Critical	R\$ 508.624,26
2	Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Essential	R\$ 332.419,95
3	Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Basic	R\$ 193.691,52

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Requisitos Técnicos

Contratação de renovação de garantia e suporte técnico especializado dos hardwares de armazenamento (Storages) HPE MSA2060, com nível de atendimento SLA Critical da fabricante, pelo período de 03 anos. Trata-se de serviço voltado à manutenção da cobertura oficial do fabricante, por meio de empresa parceira credenciada/autorizada pela HPE, apta à comercialização de produtos e serviços técnicos da marca, garantindo que a renovação da garantia e do suporte seja regularmente processada nos canais oficiais do fabricante, conforme necessidades técnicas pormenorizadas a seguir:

- Atendimento 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), via telefone ou website da fabricante, para resolução de problemas identificados pela equipe técnica da UFABC relacionados ao software e hardware dos equipamentos, de modo que:
 - Definição e classificação de severidade (critérios mínimos):
 - Sev1: indisponibilidade total ou impacto crítico em serviço essencial (produção);
 - Sev2: degradação severa com mitigação parcial;
 - Sev3: impacto moderado/baixa criticidade, sem interrupção total.
 - Tempo de retorno inicial do suporte (callback) a partir do contato inicial nos canais da fabricante, para severidade 1 (Sev1): retorno em até 15 minutos, para severidades 2 e 3 (Sev2/Sev3): retorno em até 1 hora.
 - Restabelecimento de hardware para incidentes severidade 1 e 2, deverá ser garantido o compromisso de retornar o hardware à condição operacional em até 6 (seis) horas, por esforços de resolução remota e/ou atendimento on-site;
- Cada incidente aberto no website da fabricante deverá ter, no mínimo, número de chamado, severidade, data/hora de abertura, data/hora do primeiro retorno, ações executadas, peças substituídas, data/hora de normalização e encerramento, mantendo histórico para fiscalização.
- A HPE fornecerá novas versões de software (upgrades), sem custo adicional, à medida que elas sejam disponibilizadas, e oferecerá orientações e suporte técnico quando a instalação puder ser realizada pela equipe técnica da UFABC;
- Suporte corretivo de hardware durante toda a vigência, incluindo diagnóstico, isolamento de falhas, abertura e condução de chamados, execução de procedimentos de reparo e restabelecimento da operacionalidade do equipamento.
- Se não for possível a resolução do problema de forma remota, a HPE enviará técnicos autorizados para prestar atendimento no local de instalação dos equipamentos, informando previamente a equipe técnica da UFABC sobre a programação para o atendimento on-site, a ser realizado no data center da UFABC (localizado na Av dos Estados, 5001 - Santo André - SP) onde os equipamentos se encontram instalados;
- A HPE fornecerá e instalará peças de substituição quando for identificada essa necessidade, sendo que a entrega e instalação dessas peças, e a liberação dos equipamentos para uso, deverá atender o prazo máximo acima estipulado para a resolução do problema neste documento;
- No caso de haver necessidade de substituição/remoção de algum componente dos equipamentos, o transporte e retirada dos mesmos deverão ser providenciados pela HPE, sem ônus para a UFABC;

- A substituição de peças defeituosas deverá ocorrer por peças novas e originais/homologadas pelo fabricante com garantia de compatibilidade, firmware suportado e manutenção das condições de suporte oficial.
- Acesso e intermediação aos canais oficiais do fabricante, incluindo portal de suporte, base de conhecimento, abertura/gestão de tickets, logs, coleta de evidências e acompanhamento até a conclusão do caso.
- Todas as atividades deverão preservar a elegibilidade da cobertura oficial do fabricante, assegurando que todas as ações (trocas, atualizações e procedimentos) não invalidem a garantia /contrato, mantendo o equipamento em conformidade com as políticas da HPE.
- A execução dos serviços deverá ocorrer no(s) local(is) indicado(s) pela UFABC, em regime on-site quando aplicável, incluindo deslocamento, mão de obra, ferramentas e demais recursos necessários, sem ônus adicional à contratada.
- Na proposta, a contratada deverá emitir documentação comprobatória da ativação/renovação da cobertura com a fabricante, contendo informações pertinentes ao serviço contratado, como certificado/contrato de suporte com a fabricante, número de contrato, datas de início e término de vigência, nível de serviço contratado e identificação dos seriais cobertos, aptos à instrução processual e fiscalização.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 508.624,26

Cenário nº: 1

Descrição: Contratação do serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Critical (3 anos)

Id	Serviços que compõem a solução (03 anos)	Estimativa (R\$)
1	Serviço de suporte e garantia dos hardwares Storages HPE MSA2060 - SLA Critical	R\$ 508.624,26
Total		R\$ 508.624,26

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A contratação do HPE Tech Care Critical se justifica técnica e administrativamente pelos seguintes motivos:

- Criticidade do ambiente: os equipamentos suportam os principais sistemas institucionais; portanto, falhas podem afetar simultaneamente múltiplos serviços essenciais.

Redução do risco de indisponibilidade prolongada: em ambientes críticos, a diferença entre “atendimento em horário comercial” e “tratamento 24x7 com prioridade para incidentes severos” representa redução direta do tempo de parada.

- Melhor adequação a eventos de alta severidade: o nível Critical é desenhado para cenários em que há necessidade de resposta e coordenação intensificadas para retorno do serviço, compatível com infraestrutura central de TIC.
- Custo incremental proporcional ao risco mitigado: a diferença anual entre Essential e Critical (aprox. R\$58.734,77/ano) é justificada frente ao potencial impacto institucional de interrupções críticas, incluindo atrasos operacionais, indisponibilidade de serviços ao público e aumento do passivo de atendimento interno.
- Continuidade e confiabilidade: o nível Critical se alinha ao requisito de alta disponibilidade esperado para plataformas que sustentam serviços corporativos, reduzindo a probabilidade de escalonamento interno prolongado sem suporte do fabricante.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A opção pelo HPE Tech Care Critical (R\$ 169.541,42/ano) apresenta racionalidade econômica por reduzir o custo total de propriedade (TCO) e mitigar o risco financeiro de indisponibilidades em ativos que sustentam serviços institucionais críticos. Embora o custo anual seja superior aos níveis inferiores de suporte, a decisão se justifica pelos custos evitados associados a paradas, acionamentos emergenciais e degradação de continuidade operacional.

15.1. Custo evitado por indisponibilidade (downtime)

Em infraestrutura central, a indisponibilidade costuma gerar custos diretos e indiretos, como:

- horas improdutivas de servidores e áreas finalísticas (paralisação ou degradação de processos administrativos e acadêmicos);
- mobilização de equipe interna fora do horário (horas extras e sobreaviso);
- aumento do backlog operacional e do tempo de recuperação dos serviços;
- risco de indisponibilidade em cascata (múltiplos sistemas dependentes do mesmo equipamento).

Do ponto de vista econômico, a contratação do suporte Critical é justificável quando reduz o tempo médio de recuperação (MTTR) e/ou evita eventos de parada prolongada. O Critical é voltado a cenários missão-crítica e, por sua natureza, aumenta a previsibilidade de recuperação em incidentes severos, reduzindo o custo esperado anual por indisponibilidade.

15.2. Redução de gastos não planejados e “custo de emergência”

Sem um nível de suporte adequado, incidentes críticos tendem a gerar despesas não previstas, como:

- contratação emergencial de atendimento especializado;
- aquisição urgente de peças/itens com menor competitividade de preço;
- necessidade de deslocamentos e esforços extraordinários para diagnóstico e restauração.

A contratação do Critical atua como mecanismo de previsibilidade orçamentária, reduzindo a probabilidade de gastos reativos, que são tipicamente mais caros e com maior risco de atraso na solução.

15.3. Otimização do custo de continuidade do serviço

Em termos econômicos, existem duas formas comuns de reduzir risco de parada:

- (a) **comprar redundância adicional** (mais equipamentos/estoque de peças/contratos paralelos), ou
- (b) **contratar um nível superior de suporte**, que aumenta a capacidade de resposta e recuperação.

Para o cenário em questão, o suporte **Critical** é, em geral, a alternativa mais eficiente, pois:

- reduz a necessidade de manter estoque próprio amplo de peças (capital imobilizado);
- reduz o risco de necessidade de substituições antecipadas (CAPEX) apenas para mitigar indisponibilidade;
- melhora o retorno sobre o investimento já realizado nos equipamentos, prolongando sua operação com maior segurança.

15.4. Previsibilidade e planejamento (pagamento anual)

O pagamento anual permite:

- diluir o desembolso anualmente, reduzindo impacto no caixa;
- facilitar o planejamento de custeio e a governança do contrato;
- manter cobertura contínua, evitando janelas sem suporte que elevam o risco operacional.

15.5. Justificativa econômica para horizonte plurianual (2026 a 2028)

Mantido o mesmo valor anual, o custo acumulado em 3 anos é de **R\$508.624,26**. Essa projeção plurianual é economicamente justificável porque:

- transforma um risco operacional de alto impacto em despesa previsível e planejada;
- reduz o custo esperado de indisponibilidades recorrentes ao longo do tempo;
- evita decisões reativas (mais caras e lentas) em incidentes críticos.

Dada a criticidade dos equipamentos que sustentam os sistemas institucionais, a contratação do HPE Tech Care Critical se mostra economicamente vantajosa por reduzir o custo total associado a paradas, evitar gastos emergenciais e aumentar a previsibilidade orçamentária, preservando a continuidade do serviço público. O custo anual deve ser entendido como investimento em mitigação de risco e proteção do ambiente que suporta as atividades-fim e meio da instituição.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- **Aumento da disponibilidade dos serviços de TI**, assegurando o funcionamento contínuo dos sistemas acadêmicos, administrativos e corporativos que dependem diretamente da infraestrutura de armazenamento.
- **Redução do risco de indisponibilidade prolongada**, por meio de atendimento técnico especializado, com capacidade de diagnóstico rápido e atuação corretiva adequada em falhas de hardware e firmware.

- **Preservação da integridade e da segurança das informações institucionais**, mediante suporte adequado aos mecanismos de redundância, RAID, cache protegido e demais recursos de proteção de dados existentes nas storages.
- **Redução do tempo de recuperação de incidentes (MTTR)**, uma vez que o serviço contratado prevê acesso a suporte especializado, procedimentos adequados de correção e substituição de componentes defeituosos.
- **Manutenção do desempenho e da estabilidade do ambiente de armazenamento**, por meio de ações de manutenção preventiva, análise de alertas, verificação de logs, validação de políticas de RAID e atualização controlada de firmwares e microcódigos.
- **Mitigação de riscos operacionais e institucionais**, especialmente aqueles relacionados à perda de dados, falhas de componentes críticos e degradação de serviços essenciais à atividade-fim da Universidade.
- **Proteção do investimento já realizado em infraestrutura**, prolongando a vida útil dos equipamentos e garantindo que continuem operando dentro dos parâmetros recomendados pelo fabricante.
- **Apoio à conformidade com normas e boas práticas de gestão de tecnologia da informação e segurança da informação**, especialmente no que se refere à continuidade de serviços, gestão de riscos e proteção do patrimônio informacional.
- **Maior previsibilidade operacional e orçamentária**, ao estabelecer contrato formal de suporte e garantia, evitando contratações emergenciais, aquisições não planejadas de componentes e interrupções inesperadas de serviços.
- **Fortalecimento da continuidade do serviço público**, assegurando que a infraestrutura crítica de armazenamento permaneça apta a suportar as atividades institucionais, em alinhamento aos princípios da eficiência, economicidade, segurança da informação e gestão de riscos.

17. Providências a serem Adotadas

Incluir a contratação do serviços de garantia e suporte dos hardwares storages HPE MSA2060 no PDTI 2027

17.1. Recursos materiais necessários à implantação da solução e à continuidade do negócio

Recurso / Material: N/A

Quantidade: N/A

Disponibilidade: N/A

Ação para obtenção dos recursos: N/A

Responsável: N/A

Justifica-se a inexistência de recursos materiais adicionais, uma vez que a solução consiste exclusivamente na contratação de serviço de suporte técnico especializado e garantia para equipamentos já existentes na infraestrutura da UFABC, não sendo necessária a aquisição de novos bens, insumos ou equipamentos para sua implantação ou continuidade.

17.2. Recursos humanos necessários à implantação da solução e à continuidade do negócio

Formação 1: Analista/Técnico de TI – apoio técnico e interface com a contratada

Atribuições:

- atuar como ponto focal técnico entre a UFABC e a empresa contratada;
- acompanhar as atividades de suporte técnico e manutenção realizadas pelo especialista da contratada;
- fornecer as informações técnicas necessárias para diagnóstico de incidentes, abertura de chamados e execução das atividades de suporte;
- apoiar o controle de acesso aos ambientes, equipamentos e sistemas, observando as normas institucionais de segurança da informação;
- acompanhar a execução contratual e apoiar a fiscalização técnica do contrato, quando designado.

Formação 2: Fiscais do contrato - acompanhamento e validação da execução

Atribuições:

- acompanhar a execução contratual;
- validar os atendimentos realizados;
- verificar cumprimento dos níveis de serviço (SLA);
- registrar ocorrências e apoiar a gestão do contrato.

17.3. Estratégia de continuidade da solução em caso de interrupção contratual

Evento 1: Fracasso no processo licitatório

1ª Ação Preventiva: Ampla divulgação do Certame

Responsável: NTI

2ª Ação Preventiva: Especificação não restritiva a ampla participação

Responsável: NTI

1ª Ação de Contingência: Buscar soluções emergenciais (ex: contratação emergencial)

Responsável: PROAD, NTI

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição deste serviço é viável ao NTI e à UFABC, pois provisiona empresa exclusivamente qualificada para fornecer as atualizações necessárias, bem como realizar manutenção nos equipamentos, de forma a garantir a estratégia de armazenamento e virtualização de máquinas para a comunidade universitária.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LARISSA DE MATTOS

Integrante Requisitante

CARLOS ALBERTO ORSOLON SILVA

Autoridade competente

HELENA FERNANDES DOLFATO

Integrante Administrativo

ANGELO LUIZ LAZARO JUNIOR

Integrante Técnico

Assunto **RE: HPE Support Case 5401510178 [ref:!00Dd00bUIK.!500Kh0jQJRU:ref]**

De Araujo, Alexandre (IBS - Installed Base Specialist)
<alexandre.araujo2@hpe.com>

Para larissa.mattos@ufabc.edu.br <larissa.mattos@ufabc.edu.br>

Data 2026-03-05 09:01

Oi Larissa, Bom dia!

Sim, informamos que a carta é emitida sim.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,

Alexandre Araujo
Brazil HPE Pointnext
Sales Consult Services

Public Sector

alexandre.araujo2@hpe.com
+55 11 2657-8647 Office
+55 11 94369-2905 Celular
Hewlett Packard Enterprise
Alameda Rio Negro, nº. 750
Barueri - SP - 06454-000

hpe.com



**Hewlett Packard
Enterprise**

Confidencialidade: A informação contida nesta mensagem de e-mail, incluindo quaisquer anexos, é confidencial e está reservada apenas à pessoa ou entidade para a qual foi endereçada. Se você não é o destinatário ou a pessoa responsável por encaminhar esta mensagem ao destinatário, você está, por meio desta, notificado que não deverá rever, retransmitir, imprimir, copiar, usar ou distribuir esta mensagem de e-mail ou quaisquer anexos. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, contate o remetente imediatamente e apague esta mensagem de seu computador ou de qualquer outro banco de dados. Muito obrigado.

Confidentiality Notice: The information contained in this email message, including any attachment, is confidential and is intended only for the person or entity to which it is addressed. If you are neither the intended recipient nor the employee or agent responsible for delivering this message to the intended recipient, you are hereby notified that you may not review, retransmit, convert to hard copy, copy, use or distribute this email message or any attachments to it. If you have received this email in error, please contact the sender immediately and delete this message from any computer or other data bank. Thank you.

De: Larissa de Mattos <larissa.mattos@ufabc.edu.br>
Enviado: segunda-feira, 2 de março de 2026 18:11
Para: HPE Case Management System <gsd_csc_case_mngmt@hpe.com>
Cc: Mol, Felipe Santos <felipe.mol@hpe.com>
Assunto: Re: HPE Support Case 5401510178 [ref:!00Dd00bUIK.!500Kh0jQJRU:ref]

Boa tarde Felipe!

Eu já sai do escritório, mas se desejar posso te ligar amanhã, caso ainda restem dúvidas.

Pretendemos contratar a renovação do serviço de garantia e suporte técnico para nossa solução de storage HPE (seriais ACM103S3MP ACM103S3N2) por meio de processo licitatório, pois a garantia atual tem vigência até início de abril.

No edital do processo de licitação pretendemos solicitar como requisito 'carta de solidariedade' ao licitante ganhador do certame, de forma que a fabricante (no caso, a HPE), assegure a execução do contrato.

Gostaríamos de confirmar se a empresa HPE tem a prática de fornecer esse tipo de documento (carta de solidariedade) para empresas que a solicitem a vocês, ainda que não seja uma empresa conhecida ou parceira. Essa informação é crucial para definirmos nossa estratégia de instrução do processo de contratação, dado que caracterizará a habilitação técnica necessária para participação no certame.

Em resumo: A HPE tem a prática de fornecer carta de solidariedade para possíveis revendedores que queiram revender os produtos deles para Governo a partir de participação em licitações e pregões?

Se uma empresa entrar em contato com a HPE hoje solicitando essa carta, ela será atendida independentemente do fato de não ser uma parceira HPE até então?

Grata desde já.

At.te,

Em 02/03/2026 18:02, HPE Case Management System escreveu:

Boa tarde Larissa, tudo bem?


Tentei te ligar no +55 11 3356-7146, mas infelizmente o número só chamou, gostaria de entender melhor suas dúvidas para melhor ajudarmos no direcionamento do chamado. Poderia me descrever melhor ou se preferir, podemos marcar um contato para conversarmos sobre? Aguardo seu retorno.

Atenciosamente,

Felipe Santos Mol
Customer Support Specialist
Latin America
Global Remote Services

+55 08000 55 64 05
M-F 8am – 5pm BRT (GMT-3)

hpe.com/pointnext

This message and any attachments are confidential and may also be legally privileged. If you are not the intended recipient, please notify the sender immediately. You must not copy this message or use it for any purpose, nor publish or disclose its contents to any other person. 

ref:!00Dd00bUIK.!500Kh0jQJRU:ref

--
Larissa de Mattos
Coordenadora de Operações e Serviços - Telefone: +55 (11) 3356-7121
Núcleo de Tecnologia da Informação
Universidade Federal do ABC

Anexo 2

Abaixo são apresentados cortes das propostas tomadas para os três cenários comparativos de tipos de suporte HPE, basic, essencial e critical.



PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL PPS-260204-1352
04 de fevereiro de 2026
Fundação Universidade Federal do Abo - UFABC

3. Condições Comerciais

3.1. Configuração e Preços

Código de Instalação: FUNDACAOUMSA2062			
Vigência - De: 15/04/2026 Até: 14/04/2027			
HPE Tech Care Basic SVC			
Part Number HPE	Descrição do Equipamento	Número da Série	Qtd
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY8047110P	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY804713XD	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY80471506	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY804715H4	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04351TY	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM025509S	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM043525C	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04352R5	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04352S0	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04352S1	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600M	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600N	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600P	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600W	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600Y	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600Z	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6010	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6013	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6017	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6018	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6019	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E601J	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E601L	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6005	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6007	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6008	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600F	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E600X	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E6014	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV0180E601A	1
ROQ79A	HPE MSA 2062 16Gb FC LFF Strg	ACM10353N2	1
ROQ79A	HPE MSA 2062 16Gb FC LFF Strg	ACM10353MP	1

R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK02A	1
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03O	1
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03Z	1
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03M	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO038	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO03L	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO069	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK08A	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEL004	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO02V	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO05T	1
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO068	1

Valor total da proposta R\$ 64.563,84 (Sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos)

3. Condições Comerciais

3.1. Configuração e Preços

Código de Instalação: FUNDACAQUMSA2062			
Vigência - De: 15/04/2026 Até: 14/04/2027			
HPE Tech Care Essential SVC			
Part Number HPE	Descrição do Equipamento	Número de Série	Qtd
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY8047110P	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY804713XD	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY80471506	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MY804715H4	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM043S1TY	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM025S09S	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM043S25C	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM043S2R5	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM043S250	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM043S251	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600M	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600N	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600P	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600W	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600Y	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600Z	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6010	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6013	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6017	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6018	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6019	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE601J	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE601L	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6005	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6007	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6008	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600F	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600X	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6014	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE601A	
ROQ79A	HPE MSA 2062 16Gb FC LFF Strg	ACM103S3N2	
ROQ79A	HPE MSA 2062 16Gb FC LFF Strg	ACM103S3MP	

Rua Paragussu, 706 | Juvevê | 80030-270 | (41) 3072-3888 / 3077-0333 | Curitiba | PR | Brasil
www.guibaasolucoes.com.br

8

R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK02A	
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03O	
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03Z	
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03M	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XE003B	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XE003L	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XE0069	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK08A	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEL004	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XE002V	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XE005T	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XE0068	

Valor total da Proposta R\$ 110.806,65 (Cento e dez mil, oitocentos e seis reais e sessenta e cinco centavos)

3. Condições Comerciais

3.1. Configuração e Preços

Código de Instalação: FUNDACAOUMSA2062			
Vigência - De: 15/04/2026 Até: 14/04/2027			
HPE Tech Care Critical SVC			
Part Number HPE	Descrição do Equipamento	Número de Série	Qtd
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MYB047110P	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MYB04713XD	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MYB0471506	1
C8R24B	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR	MYB04715H4	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04351TY	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM025509S	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM043525C	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04352R5	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04352S0	1
ROQ39A	HPE MSA 2060 2U 12d LFF Drv Enclosure	ACM04352S1	1
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600M	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600N	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600P	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600W	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600Y	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600Z	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6010	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6013	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6017	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6018	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6019	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE601J	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE601L	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6005	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6007	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6008	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600F	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE600X	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE6014	
ROQ49A	HPE MSA 1.92TB SAS RI LFF M2 SSD	UWXTV01BOE601A	

Rua Paraguassu, 706 | Juvevê | 80030-270 | (41) 3072-3888 / 3077-0333 | Curitiba | PR | Brasil
www.guaibasolucoes.com.br

8

ROQ79A	HPE MSA 2062 16Gb FC LFF Strg	ACM10353N2	
ROQ79A	HPE MSA 2062 16Gb FC LFF Strg	ACM10353MP	
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK02A	
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03O	
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03Z	
R3U72A	HPE MSA 16TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK03M	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO038	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO03L	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO069	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEK08A	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEL004	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO02V	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO05T	
R3U73A	HPE MSA 96TB SAS 7.2K LFF M2	2XBKP013XEO068	

Valor total da Proposta R\$ 169.541,42 (Cento e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS – LICITAÇÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**

(Processo Administrativo nº 23006.003648/2026-21)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/20XX, QUE FAZEM
ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ABC E XXXXXXXXXXXX.

A Fundação Universidade Federal do ABC, com sede no(a) Avenida dos Estados, nº 5.001, Bairro Bangú, na cidade de Santo André/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.722.779/0001-06, neste ato representado(a) pelo(a) Pró-reitora de Administração, Sra. Sara Cid Mascareñas Alvarez, nomeado(a) pela Portaria da Reitoria nº 168, de 22 de março de 2018, publicada no DOU de 23 de março de 2018, portadora da Matrícula Funcional nº 1574068, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX/XX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXXX, XXXXXX, conforme, atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23006.003648/2026-21 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Suporte e Garantia dos Hardwares Storages HPE MSA2060, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) anos contados do dia XX/XX/20XX, prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor anual da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.36. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.36.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

- II. Fonte de Recursos: 26352/154503
- III. Programa de Trabalho: XXXX
- IV. Elemento de Despesa: XXXX
- V. Plano Interno: XXXX
- VI. Nota de Empenho: 20XXNEXXXXXX

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de Santo André para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santo André, XX de XXXX de 20XX.

SARA CID MASCAREÑAS ALVAREZ
Pró-Reitora de Administração
Fundação Universidade Federal do ABC
p/ CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
p/ CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome:
Matrícula funcional, se houver:

Nome:
Matrícula funcional, se houver: